

FÁBIO PITTA

ALLAN RODRIGO DE CAMPOS SILVA

ARTUR ATTARIAN CARDOSO CAMARERO

DANIEL MANZIONE GIAVAROTTI

## LUKÁCS E A CRÍTICA DIALÉTICA AO CAPITALISMO MOISHE POSTONE

Recebido em 12/05/2020

Aprovado em 26/06/2020

# LUKÁCS E A CRÍTICA DIALÉTICA AO CAPITALISMO<sup>1</sup> - MOISHE POSTONE<sup>2</sup>

TRADUTORES

FÁBIO PITTA

Professor assistente do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. Tem pós-doutorado em Geografia com um estudo sobre capital fictício e a crise econômica brasileira recente. Seus interesses de pesquisa passam pela interrelação entre capital fictício, crítica do valor e do trabalho e teoria da crise.

E-mail: [pitta.fabio@gmail.com](mailto:pitta.fabio@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5460-9669>

ALLAN RODRIGO DE CAMPOS SILVA

Doutor em Geografia Humana (2018) pela Universidade de São Paulo (USP), com Mestrado em Geografia Humana (2013) também pela USP, ambas as pesquisas financiadas pela FAPESP. Bacharel em Geografia (2010) também pela USP. Tem experiência nas áreas de Geografia Econômica e Geografia da População. Trabalha com os temas: modernização, agroindústria avícola, relações de trabalho, migrações e refúgio. Traduziu para português o livro “Pandemia e agronegócio: doenças infecciosas, capitalismo e ciência” de Rob Wallace.

E-mail: [allanpos@gmail.com](mailto:allanpos@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6077-1435>

## Resumo

O artigo “Lukács e a crítica dialética do capitalismo” é a tradução inédita para o português de um texto de autoria de Moishe Postone, de 2003, originalmente publicado em inglês. O texto se debruça sobre o ensaio “A reificação e a consciência do proletariado” de Georg Lukács, apontando sua importância para o desenvolvimento de uma teoria crítica do capitalismo e da modernidade, porque desdobra da categoria de mercadoria de Marx. Não obstante tal reconhecimento, apresenta uma crítica fundamental ao pensamento de Lukács por este criticar a forma mercadoria a partir de um materialismo hegeliano, para o qual a dialética é entendida como própria do humano, diante da qual o trabalho adquire existência trans-histórica, e a superação do capitalismo figura como a realização da identidade sujeito-objeto na forma do proletariado. Ao contrário, a reinterpretação de Marx oferecida por Postone indica ser a dialética própria à sociabilidade capitalista, ao identificar o *Geist* ao capital, sendo a partir dela que se deve estruturar a possibilidade crítica desta sociabilidade entendida como crítica do próprio trabalho, de modo a não projetar a superação do capitalismo a partir da realização desta categoria.

**Palavras-chave:** Lukács; capitalismo; dialética.

<sup>1</sup> O presente texto foi originalmente publicado como capítulo do livro *New dialectics and political economy*, sob coordenação de Robert Albritton & John Simoulidis, Ed. Palgrave Macmillan, Nova York, EUA, 2003. Além do trabalho de tradução e revisão dos autores listados, a presente tradução contou com revisão detalhada dos pareceristas anônimos da *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*.

<sup>2</sup> Moishe Postone (1942-2018) foi professor da cátedra *Thomas E. Donnelley* de História na Universidade de Chicago. Além disso, foi membro do *Center for Jewish Studies* e codiretor do *Chicago Center for Contemporary Theory* (3CT). No *College* da Universidade de Chicago, ensinou por décadas estudantes de graduação a sequência de cursos *Self, Culture and Society*. Dentre seus trabalhos mais conhecidos, listamos o livro *Tempo, trabalho e dominação social: uma reinterpretação da teoria crítica de Marx*, Ed. Boitempo, São Paulo, 2014, e, em parceria com Eric L. Santner, *Catastrophe and meaning: the Holocaust and the twentieth century*, Ed. University of Chicago Press, Chicago, EUA, 2003.

## Abstract

ARTUR ATTARIAN CARDOSO  
CAMARERO

Mestre em Geografia Humana pela USP (2017), estudo com ênfase na mobilidade do trabalho dos imigrantes armênios na Metrópole Paulistana, bem como nas formas de representação da identitária de descendentes de armênios em diversas localidades visitadas durante o trabalho de campo da pesquisa, o que inclui a experiência de viver três meses na Armênia. Bacharel (2013) em Geografia pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Em 2017 traduziu para o português o artigo *A Theoretical Model of Genocide, With Particular Reference to the Armenian Case*, de Vakhán Dadrian, publicado pela Revista HADES - Revista Interdisciplinar - UNIFESP.

E-mail: [artur.attarian@gmail.com](mailto:artur.attarian@gmail.com)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4962-1206>

REVISOR

DANIEL MANZIONE  
GIAVAROTTI

Pós-doutorando no Programa de Pós-graduação em Filosofia da USP e atualmente pesquisa a incorporação das contribuições de Michel Foucault nos estudos sobre as periferias de São Paulo. Em seu doutorado pelo Programa de Pós-graduação em Geografia Humana da USP, realizou um sanduíche sob a supervisão de Moishe Postone na Universidade de Chicago, e se dedicou a pesquisar as transformações na forma de incorporação das populações periféricas ao circuito global do capital.

E-mail: [manzione79@usp.br](mailto:manzione79@usp.br)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0941-6179>

Translated into Portuguese for the first time, Moishe Postone's article "Lukács and the dialectical critique of capitalism" discusses Georg Lukács' essay named "The reification and the consciousness of the proletariat," in which Lukács points out the importance of the commodity category, as defined by Marx, for a deeper discussion of a critical theory of capitalism and Modernity. Notwithstanding his acknowledgement of Lukács' analysis, Moishe Postone presents critical objections to Lukács' concept of commodity, which approaches history from a Hegelian perspective. In that sense, the dialectic is understood as a human feature, labor is conceived as trans-historical, and in turn, the overcoming of capitalism becomes the manifestation of the subject-object identity in the form of the proletariat. Rather, Postone's reinterpretation of Marx's theory asserts the historical determination of the dialectic as attached to the capital, which, in turn, is identified with Hegel's Geist. Such inversion leads to the possibility of a critique of labor and suggests the need for it to be abolished, instead of realizing it, in order to overcome capitalism.

**Keywords:** Lukács; capitalism; dialectics.

A transformação histórica nas décadas recentes das sociedades industrializadas avançadas, o colapso da União Soviética e do comunismo e a emergência de uma ordem global capitalista neoliberal têm chamado atenção mais uma vez sobre a questão das dinâmicas históricas e as transformações globais. Essas mudanças históricas sugerem a necessidade de uma teoria renovada de acordo com o capitalismo, renovação essa que não pôde ser realizada adequadamente pelas teorias pós-estruturalistas e pós-modernas, hegemônicas nas décadas de 1970 e 1980.

O brilhante ensaio de Georg Lukács, “A reificação e a consciência do proletariado”, pode servir como um ponto de partida para tal renovação teórica (LUKÁCS, 2003, p. 193-411). Nesse ensaio, Lukács desenvolve uma rica e rigorosa análise crítica da modernidade capitalista. Aspectos da teoria de Lukács, entretanto, estão em desacordo com sua análise. Não obstante, como argumentarei, sua abordagem teórica, se apropriada criticamente, pode servir de base para uma sofisticada teoria da sociedade capitalista, relevante ainda hoje. Tal teoria poderia afastar muitos defeitos das críticas marxistas tradicionais ao capitalismo e recuperar a relação de teorias críticas do capitalismo para outras correntes maiores da teoria crítica social hoje.

O quadro conceitual do ensaio “Reificação” de Lukács difere significativamente da maior parte das abordagens do marxismo. Como uma intervenção política e teórica, o ensaio decisivamente rejeita o cientificismo e a fé no progresso histórico linear da ortodoxia do marxismo da Segunda Internacional. Tais posições, para Lukács, foram as bases teóricas profundas das falhas políticas e históricas mundiais da social democracia para prevenir a guerra em 1914 e trazer mudanças históricas radicais em 1918-1919. Lukács rompe teoricamente com o marxismo da Segunda Internacional reafirmando a dimensão hegeliana do pensamento de Marx, focando na importância da subjetividade e na centralidade da práxis. Seu ensaio recupera a crítica marxista à economia política como uma teoria social poderosa, uma teoria dialética da práxis.

No centro da teoria da práxis de Lukács está a sua apropriação das categorias da crítica madura de Marx, como a mercadoria. Na estrutura de sua abordagem categorial, a práxis não está simplesmente em oposição às estruturas, mas é também constitutiva delas<sup>3</sup>. Ao apropriar a teoria da práxis de Marx e situá-la no centro mesmo de sua análise crítica do capitalismo, Lukács defende energicamente a inter-relação intrínseca das dimensões subjetivas e objetivas da vida social. Ambas são constituídas por formas determinadas de práxis. Significa dizer, tal como as entende Lukács, que as categorias da crítica madura de Marx têm um significado que vai muito além de meras categorias econômicas; ele as interpreta como categorias das formas da vida social moderna – subjetivas, bem como objetivas<sup>4</sup>. Sob esse aspecto, sua abordagem tem paralelo com a de Marx, que, nos *Grundrisse*, refere-se às categorias como *Daseinsformen* (formas de ser) e *Existenzbestimmungen* (determinações de existência) (MARX, 2011, p.59).

Na base dessa apropriação categorial, Lukács desenvolve uma sofisticada teoria social da consciência e do conhecimento, que envolve uma crítica fundamental ao cartesianismo e ao dualismo sujeito-objeto. A sua teoria da práxis lhe permite sustentar que o sujeito é tanto produtor como produto do processo dialético (LUKÁCS, 2003, p.296). Consequentemente: “pensamento e existência não são idênticos no sentido de que eles ‘correspondem’ ou ‘refletem um ao outro, ‘correm paralelamente’ entre si, ou ‘coincidem’ um com o outro (todas as expressões dissimulam uma rígida dualidade)” (LUKÁCS, 2003, p. 403)<sup>5</sup>. Assim, na estruturada análise categorial

---

<sup>3</sup> Para evitar mal-entendidos que o termo “categórico” pode ensejar; eu uso “categorial” para me referir à tentativa de Marx de apreender as formas da vida social moderna pelas categorias de sua crítica da economia política.

<sup>4</sup> Assim, Lukács critica Ernst Bloch por perder a real dimensão do (que ele chama) materialismo histórico ao assumir que sua perspectiva é meramente econômica, com uma tentativa de “aprofundá-la” complementando-a com um pensamento utópico (religioso). Bloch, de acordo com Lukács, não percebe que o que ele chama de econômico se relaciona com um sistema de formas que define a real e concreta vida da humanidade (cf. LUKÁCS, 2003, p.382).

<sup>5</sup> Considerando a reinterpretação da teoria crítica de Marx realizada por Moishe Postone, optamos por apresentar ao longo do texto nossas sugestões de tradução para as citações de Lukács extraídas por Postone da edição americana quando na tradução na edição brasileira do ensaio “A reificação e a consciência do proletariado”, de 2003, houver diferenças que nos pareçam significativas (N.T.).

de Lukács, “a consciência... é uma parte integral, necessária, imprescindível daquele processo (histórico) de devir” (*idem ibidem*)<sup>6</sup>. Ao analisar as inter-relações entre consciência e história, o principal interesse de Lukács é delinear a possibilidade histórica da consciência de classe revolucionária. Ao mesmo tempo, ele apresenta uma brilhante análise histórica e social da filosofia ocidental moderna. Tal pensamento, de acordo com Lukács, tenta lidar com os problemas gerados pelas peculiares formas abstratas devida características de seu contexto (capitalista), enquanto permanece limitado à imediatividade das formas de aparência desse contexto. Dessa forma, para o pensamento filosófico, os problemas gerados pelo seu contexto são equivocadamente tidos como trans-históricos e ontológicos (*cf.* LUKÁCS, 2003, p. 240-242). De acordo com Lukács, foi Marx quem primeiro analisou adequadamente os problemas enfrentados pela filosofia moderna. E o fez mudando os termos daqueles problemas, fundamentando-os social e historicamente nas formas sociais do capitalismo expressas por categorias tais como a mercadoria.

Recuperando esse modo de análise, Lukács formula uma crítica histórica e social do moderno pensamento filosófico e sociológico. Ao analisar tal pensamento social e historicamente, ele não o faz com referência a considerações de interesse de classe. Em lugar de focar na função do pensamento para um sistema social de dominação, como a dominação de classe, Lukács tenta fundamentar a natureza desse pensamento nas peculiaridades das formas sociais (mercadoria, capital) constitutivas do capitalismo. A análise de Lukács das formas sociais busca relacionar intrinsecamente os aspectos sociais e culturais da vida.

Essa apropriação da análise categorial de Marx rompe decisivamente com as clássicas concepções marxistas de base-superestrutura. Tais concepções são elas mesmas dualistas – a base sendo entendida como o nível mais fundamental da objetividade social, e a superestrutura sendo identificada como subjetividade social. A abordagem de Lukács também difere da

---

<sup>6</sup> “consciência [...] é uma parte necessária e indispensável do processo [histórico] do vir-a-ser.” (N.T.).

concepção de outro grande teórico da práxis, Antonio Gramsci, uma vez que ele relaciona intrinsecamente formas de pensamento e formas sociais, e não trata sua relação como extrínseca ou de maneira funcionalista. Em outras palavras, a abordagem de Lukács pode servir como o ponto de partida para uma análise da natureza das próprias formas culturais capitalistas modernas. Ela não só elucida a função hegemônica dessas formas, mas também delinea uma abrangente estrutura das formas de subjetividade historicamente determinadas em que ocorre a diferenciação relacionada à classe.

A abordagem que Lukács desenvolve no ensaio “Reificação” não apenas provê a base para uma sofisticada teoria histórica da subjetividade, mas também afasta implicitamente o foco da crítica do capitalismo das preocupações do marxismo tradicional. Sob esse aspecto, a análise de Lukács pode ser entendida como uma tentativa de desenvolver uma teoria crítica autorreflexiva da modernidade capitalista, que seria adequada às grandes mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais associadas ao desenvolvimento do capitalismo do século XX. E o faz de uma forma que responde às críticas ao marxismo formuladas pelos teóricos sociais clássicos.

Como se sabe, teóricos sociais importantes como Max Weber e Émile Durkheim argumentaram, na virada do século passado, que, ao contrário da visão crítica do marxismo tradicional clássico, a sociedade moderna não pode ser analisada adequadamente em termos do mercado e da propriedade privada. Os dois teóricos indicaram o que consideravam as características mais fundamentais da sociedade moderna – Durkheim enfatizando a divisão do trabalho, Weber focando no processo de racionalização e burocratização. Para ambos, a abolição do mercado e da propriedade privada não seria suficiente para transformar fundamentalmente a sociedade moderna. Na verdade, tal abolição simplesmente reforçaria seus aspectos mais negativos.

Embora essas teorias da modernidade possam ter sido reações aos movimentos e teorias socialistas, elas também procuraram enfrentar os problemas e

questões criados pela transformação histórica da sociedade capitalista – de uma configuração liberal, no século dezenove, para uma forma organizada burocraticamente, centrada no Estado, no século vinte. Visto dessa forma, a abordagem de Lukács pode ser entendida como uma tentativa de compreender as mudanças históricas com as quais teóricos como Weber e Durkheim estavam lidando, incorporando suas preocupações em uma teoria mais abrangente do capitalismo.

Mais especificamente, Lukács adota a caracterização de modernidade weberiana em termos de processos de racionalização e fundamenta esses processos historicamente ao se apropriar da análise de Marx da forma mercadoria como a forma social básica estruturante da sociedade capitalista. Assim, Lukács começa o ensaio “Reificação” argumentando que os processos de racionalização e quantificação que moldam as instituições modernas estão enraizados na forma mercadoria (LUKÁCS, 2003, p. 196-240). Seguindo Marx, ele caracteriza a sociedade capitalista moderna em termos da dominação dos seres humanos pelo tempo, e trata a organização fabril da produção como uma versão concentrada da estrutura da sociedade capitalista como um todo (*ibidem*, p. 203-204). Essa estrutura se expressa na natureza da burocracia moderna (*ibidem*, p. 219-222) e dá origem a uma forma de Estado e do sistema legal que lhe corresponde (*ibidem*, p. 214). Ao fundamentar o moderno processo de racionalização dessa maneira, Lukács procura mostrar que aquilo que Weber descreveu como a “jaula de ferro” da vida moderna não é uma consequência necessária de qualquer forma de sociedade moderna, mas é uma função do capitalismo. Portanto, ele pode ser transformado.

O ensaio de Lukács sobre reificação demonstra o poder e o rigor de uma teoria crítica da sociedade capitalista, categorialmente baseada, tanto como uma teoria da intrínseca relação entre cultura, consciência e sociedade, quanto como uma crítica do capitalismo. A sua crítica vai além de uma preocupação com o mercado e a propriedade privada – ou seja, com questões de dominação de classe e exploração. Ela procura apreender

criticamente e fundamentar socialmente os processos de racionalização e quantificação, assim como um modo de poder e dominação abstrato que não pode ser entendido adequadamente em termos de dominação concreta, pessoal ou de grupo. Ou seja, a concepção de capitalismo implicada pela análise de Lukács, portanto, é muito mais abrangente e profunda do que a tradicional: um sistema de exploração baseado na propriedade privada e no mercado. Na verdade, sua concepção implica dizer que, em última análise, essas podem não ser características mais básicas do capitalismo. Além disso, a análise de Lukács fornece um nível de rigor conceitual ausente na maior parte das discussões sobre modernidade. Ela indica que “sociedade moderna” é simplesmente um termo descritivo para uma forma de vida social que pode ser analisada com mais rigor como capitalismo.

Entretanto, Lukács não cumpre a promessa de realizar o tipo de crítica categorial que esboça. Embora o ensaio “Reificação” apresente uma crítica do capitalismo fundamentalmente mais rica e mais adequada que a do marxismo tradicional, no fim das contas a sua crítica permanece presa a algumas daquelas pressuposições teóricas fundamentais – falha que enfraquece a sua tentativa de formular uma crítica do capitalismo adequada ao século vinte.

## **I. Marxismo Tradicional**

Por “marxismo tradicional” eu não me refiro a uma tendência histórica específica no marxismo, tal como o marxismo ortodoxo da Segunda Internacional, por exemplo. De maneira mais geral, refiro-me a todas as análises que entendem o capitalismo essencialmente em termos de relações de classe estruturadas por uma economia de mercado e pela propriedade privada dos meios de produção. As relações de dominação são entendidas principalmente em termos de dominação de classe e exploração. Nessa estrutura geral, o capitalismo é caracterizado por uma crescente contradição estrutural entre as relações sociais básicas dessa sociedade (interpretadas como

a propriedade privada e o mercado) e as forças produtivas (interpretadas como o modo de produção industrial).

O desdobramento dessa contradição dá origem à possibilidade de uma nova forma de sociedade, entendida em termos de propriedade coletiva dos meios de produção e planificação econômica em um contexto industrializado – ou seja, um modo de distribuição justo e conscientemente regulado adequado à produção industrial. A produção industrial é entendida como um processo técnico que, embora utilizada pelos capitalistas para seus fins particularistas, é intrinsecamente independente do capitalismo; poderia ser utilizada para o benefício de todos os membros da sociedade.

Essa compreensão está vinculada a uma determinada leitura das categorias básicas da crítica da economia política de Marx. A sua categoria de valor, por exemplo, foi geralmente interpretada como uma tentativa de mostrar que o trabalho humano sempre e em toda parte cria riqueza social e subjeta o como que automático [*quasi-automatic*] modo de distribuição mediado pelo mercado no capitalismo. A sua teoria do mais-valor, de acordo com tais visões, demonstra a existência da exploração ao mostrar que apenas o trabalho cria o produto excedente, que, no capitalismo, é apropriado pela classe capitalista. Desse modo, as categorias de Marx, nesse referencial geral, são essencialmente categorias do mercado e da propriedade privada (cf. DOBB, 1940, p. 70-71; COHEN, 1988, p. 208-238; ELSTER, 1985, p. 127; MEEK, 1956; SWEEZY, 1968, p. 52-53; STEEDMAN, 1981, p. 11-19).

No núcleo dessa teoria reside uma compreensão trans-histórica – e do senso comum – sobre o trabalho como uma atividade mediadora entre seres humanos e natureza, que transforma a matéria de maneira a alcançar um objetivo, e é uma condição da vida social. O trabalho, entendido dessa forma, é postulado como a fonte da riqueza em todas as sociedades e como o que constitui o que é verdadeiramente universal e social. No capitalismo, entretanto, o trabalho é impedido, por relações particularistas e fragmentárias, de ser realizado plenamente. “Trabalho”, entendido trans-historicamente, constitui o ponto de partida dessa crítica – tanto

teórica quanto socialmente. A emancipação é realizada em uma forma social na qual o “trabalho” trans-histórico, livre das amarras do mercado e da propriedade privada, emerge abertamente como o princípio regulador da sociedade (Essa noção, é claro, está vinculada à da revolução socialista como “autorrealização” do proletariado).

Deveria ser notado que, nessa estrutura geral, forma (relações capitalistas de produção ou, expresso categorialmente, valor e mais-valor) e conteúdo (produção industrial ou, mais geralmente, “trabalho”) estão relacionados apenas contingentemente. Uma sociedade futura estaria baseada no conteúdo se realizando, despojado das formas capitalistas distorcidas (Como veremos, entretanto, forma e conteúdo são intrinsecamente relacionadas na análise de Marx).

No interior desse referencial básico houve uma ampla gama de abordagens teórica, metodológica e politicamente muito diferentes. Não obstante, dado que tais abordagens compartilham as suposições básicas com relação ao trabalho e às características essenciais do capitalismo e do socialismo acima delineadas, elas permanecem vinculadas ao quadro daquilo que eu chamei de marxismo tradicional.

Em vista dessas considerações, há uma aparente tensão no pensamento de Lukács. De um lado, seu foco na forma mercadoria permite uma crítica do capitalismo que explode os limites do referencial marxista tradicional. De outro, quando ele trata da questão da possível superação do capitalismo, ele recorre à noção do proletariado como o sujeito revolucionário da história (LUKÁCS, 2003, p. 325-411). Essa ideia, entretanto, está ligada a uma concepção de capitalismo em que o trabalho é considerado o ponto de vista crítica. E é difícil ver como a noção de proletariado como sujeito revolucionário aponta para a possibilidade de uma transformação do caráter quantitativo, racionalizado e racionalizante das modernas instituições que Lukács analisa criticamente como capitalistas.

A teoria de Lukács do proletariado, na terceira parte de seu ensaio, parece, então, estar em tensão com a concepção do capitalismo mais profunda e

ampla apresentada na primeira parte do ensaio. Isso sugere que a teoria do proletariado de Lukács contradiz a sua análise categorial, ou que sua própria análise categorial é inadequada. Vale dizer, tal contradição levanta a questão de se o entendimento específico de Lukács das categorias da crítica de Marx fundamenta adequadamente o rico entendimento crítico do capitalismo que ele apresenta no ensaio “Reificação”.

Eu vou sustentar que o entendimento de Lukács das categorias é de fato problemático e é consistente com sua teoria do proletariado, uma teoria que outros autores criticaram como dogmática e mitológica (ARATO & BREINES, 1979, p. 140)<sup>7</sup>. Não obstante, suas concepções mais abrangentes de capitalismo e de uma análise categorial são separáveis de seu entendimento específico das categorias e sua teoria do proletariado. Todavia, a apropriação da primeira, a enorme contribuição teórica de Lukács, exige interrogar criticamente sua concepção da mercadoria, a suposta categoria fundamental da sociedade capitalista moderna.

Irei defender que Lukács basicamente apreende a mercadoria nos termos do marxismo tradicional e que, como resultado, sua análise categorial recapitula algumas das antinomias do pensamento burguês que ele critica. Apesar de sua crítica histórico-social do dualismo, a sua compreensão da mercadoria é dualista. Ela reproduz a oposição de forma e conteúdo que ele critica e, implicitamente, opõe práxis a estruturas sociais formalistas, de maneira que entram em desacordo com a compreensão dialética da práxis como estruturas constituintes, as quais, por sua vez, são constitutivas da práxis.

Outra compreensão da mercadoria permitiria uma crítica categorial do capitalismo que poderia realizar o rigor conceitual e poder analítico tanto sugeridos quanto minados pelo notável ensaio de Lukács. E eu devo sugerir que, apesar da brilhante apropriação de Lukács da crítica da economia

---

<sup>7</sup> Não deixa de ser curioso que os autores elaborem uma crítica de Lukács em 1979, doze anos depois que Lukács escreve uma autocrítica, no mesmo sentido, no prefácio à reedição de *História e Consciência de Classe*, em 1967 (N.E.).

política de Marx, a análise da mercadoria deste último em *O Capital* difere fundamentalmente da de Lukács e fornece justamente a base para tal compreensão alternativa. Não obstante, a própria interpretação da análise de Marx que eu irei delinear é tributária da rica abordagem geral de Lukács, embora se contraponha à compreensão específica das categorias do último.

A fim de abordar as diferenças entre a compreensão da mercadoria de Marx e a de Lukács, analisarei brevemente como diferem, de maneira significativa, as suas interpretações críticas da concepção de *Geist* de Hegel, o sujeito-objeto idêntico da história (POSTONE, 2014, p. 92-104). A minha intenção não é simplesmente estabelecer que a interpretação de Marx é diferente da de Lukács, mas de começar a elaborar as implicações dessas diferenças para o entendimento da categoria fundamental de ambas as teorias críticas – a mercadoria. Ao elaborar essas diferenças, espero indicar a possível apropriação da força da abordagem de Lukács de modo a romper mais decisivamente com o marxismo tradicional e abrir a possibilidade de uma crítica mais adequada do capitalismo hoje.

## 2. Hegel, Lukács e Marx

Como se sabe, Hegel tentou superar a clássica dicotomia teórica entre sujeito e objeto com sua teoria de que a realidade, tanto natural quanto social, tanto subjetiva como objetiva, é constituída pela prática, pela prática objetivante do *Geist*, o sujeito histórico-mundial. O *Geist* constitui a realidade objetiva por meio de um processo de externalização, ou auto-objetivação, e no processo se constitui reflexivamente. Na medida em que objetividade e subjetividade são ambas constituídas pelo *Geist* enquanto este se desdobra dialeticamente, elas são da mesma substância, em lugar de necessariamente distintas. Ambas são momentos de um todo geral que é substancialmente homogêneo – uma totalidade.

Para Hegel, então, o *Geist* é simultaneamente objetivo e subjetivo; é o sujeito-objeto idêntico, a “substância” que é ao mesmo tempo “sujeito”: “A

substância viva é, ademais, aquele Ser que é [...] sujeito ou, o que é a mesma coisa, o que é [...] real apenas na medida em que é o movimento de pôr a si mesmo, ou a mediação do processo de devir diferente de si mesmo consigo mesmo” (KAUFMANN, 1966, p. 28)<sup>8</sup>.

O processo pelo qual essa substância/sujeito automovente, o *Geist*, constitui objetividade e subjetividade conforme se desdobra dialeticamente é um processo histórico fundamentado nas contradições internas da totalidade. O processo histórico de auto-objetivação, de acordo com Hegel, é também o processo da autoalienação, e, em última instância, conduz à reapropriação pelo *Geist* daquilo que foi alienado no curso de seu desdobramento. Em outros termos, o desenvolvimento histórico tem um ponto final: a autorrealização do *Geist* como um Sujeito totalizante e totalizado.

Em “Reificação e a consciência do proletariado”, Lukács apropria-se da teoria de Hegel em um estilo “materialista” com a intenção de situar a categoria de prática no centro de uma teoria social dialética. Ao traduzir o conceito de *Geist* de Hegel em termos antropológicos, Lukács identifica o proletariado de uma maneira hegeliana “materializada” como o sujeito-objeto idêntico do processo histórico, como o sujeito histórico, constituindo o mundo social e a si mesmo através de seu trabalho. Analogamente, Lukács analisa a sociedade como uma totalidade constituída pelo trabalho, tradicionalmente entendido. A existência dessa totalidade, de acordo com Lukács, é velada pelo caráter fragmentado e particularista das relações sociais burguesas. Ao derrubar a ordem capitalista, o proletariado autorrealizar-se-ia como o sujeito histórico; a totalidade que ele constitui realizar-se-ia plenamente. A totalidade e, conseqüentemente, o trabalho fornecem ponto de partida da análise crítica de Lukács da sociedade capitalista (LUKÁCS, 2003, p. 226-260, 282, 302, 312-316, 331, 352, 391-397).

A interpretação de Lukács das categorias e sua leitura de Hegel, em particular sua identificação do proletariado com o conceito de sujeito-objeto

---

<sup>8</sup> cf. Hegel *apud* Postone (2014), p. 93 (N.T.)

idêntico, foram frequentemente identificadas com a posição de Marx (PICCONE, 1982, p. xvii). De fato, em *O Capital*, Marx tenta embasar social e historicamente o que Hegel buscou apreender com seu conceito de *Geist*. Uma leitura mais detida, entretanto, indica que a apropriação de Hegel feita por Marx em suas obras maduras difere fundamentalmente da de Lukács, que considera a totalidade afirmativamente, como o ponto de vista da crítica, e que identifica o sujeito-objeto idêntico de Hegel com o proletariado. O que, por sua vez, sugere algumas diferenças fundamentais entre suas análises categoriais.

Em seus primeiros escritos, como, por exemplo, *A sagrada família* (1845), Marx critica o conceito filosófico de “substância” e, em particular, a conceitualização de Hegel da “substância” como “sujeito” (MARX, 2003, p. 156-163). No início de *O Capital*, entretanto, o próprio Marx faz uso analítico da categoria de “substância”. Ele se refere ao valor como tendo uma “substância”, que ele identifica como trabalho humano abstrato (MARX, 1996, p. 168). Portanto, Marx não considera mais “substância” simplesmente uma hipóstase teórica, mas agora a concebe como um atributo do valor – *i.e.*, da peculiar forma de relações sociais mediada pelo trabalho que caracteriza o capitalismo. “Substância”, para Marx, é agora uma expressão de uma realidade social determinada. Ele investiga tal realidade social em *O Capital*, desdobrando logicamente as formas mercadoria e dinheiro de suas categorias de valor de uso e valor. Sobre essa base, Marx inicia analisando a complexa estrutura das relações sociais expressas por sua categoria de capital. Ele inicialmente determina o capital em termos de valor, como valor que se autovaloriza. Nesse ponto de sua exposição, Marx apresenta a categoria de capital de forma a claramente relacioná-la ao conceito hegeliano de *Geist*:

Ele [o valor/MP] passa constantemente de uma forma a outra, sem se perder nesse movimento, e, com isso, transforma-se no *sujeito automático* [...] Na verdade, porém, o valor se torna, aqui, o sujeito de um processo em que ele, por debaixo de sua constante variação de forma, aparecendo ora como dinheiro, ora como mercadoria, altera sua própria grandeza [...] como valor originário, valoriza a si mesmo. Pois o movimento em que ele adiciona mais-

valor é seu próprio movimento, sua valorização é, portanto, autovalorização [...] ele se apresenta, de repente, como uma *substância em processo*, que move a si mesma e para a qual mercadorias e dinheiro não são mais do que meras formas. (MARX, 2013, p. 229-230; grifos do autor)

Por conseguinte, Marx caracteriza explicitamente o capital como uma substância automovente que é sujeito. Ao fazer isso, Marx sugere que um sujeito histórico no sentido hegeliano, de fato, existe no capitalismo. Porém, ele não identifica esse sujeito com qualquer grupo social, tal como o proletariado ou a humanidade. Ao contrário, Marx o apreende com referência às relações sociais constituídas pelas formas práticas objetivantes compreendidas pela categoria de capital. A sua análise sugere que as relações sociais que caracterizam o capitalismo são de um tipo muito peculiar – elas possuem os atributos que Hegel confere ao *Geist*.

A interpretação de Marx do Sujeito histórico com referência à categoria de capital indica que as relações sociais no centro de sua crítica não deveriam ser entendidas essencialmente em termos de relações de classe, mas em termos de formas de mediação social expressas por categorias tais como valor e capital. Assim, o sujeito de Marx é similar ao de Hegel. É abstrato e não pode ser identificado com quaisquer atores sociais. Além do mais, ele se desdobra no tempo independente da vontade.

Em *O Capital*, Marx analisa o capitalismo em termos de uma dialética do desenvolvimento que, porque independente da vontade, apresenta a si mesmo como uma lógica. Ele trata o desdobramento de tal lógica dialética como uma expressão real das relações sociais alienadas que, embora constituídas pela prática, existem como se fossem independentes [*quasi-independent*]. Ele não analisa essa lógica como uma ilusão, mas como uma forma de dominação que é uma função das formas sociais do capitalismo. Marx agora analisa a lógica dialética da história como uma função do capitalismo em lugar de uma característica da história humana enquanto tal.

Como o Sujeito, o capital é um “sujeito” notável. Enquanto o sujeito de Hegel é trans-histórico e cognoscitivo, na análise de Marx ele é historicamente

determinado e cego. Como uma estrutura constituída por formas de prática determinadas, o capital pode, por sua vez, ser constitutivo de formas de prática e subjetividade sociais; como uma forma social autorreflexiva, ele pode induzir à autoconsciência. Diferentemente do *Geist* de Hegel, entretanto, ele não possui autoconsciência. A subjetividade e o sujeito histórico-social, em outras palavras, devem ser distinguidos na análise de Marx.

A identificação do sujeito-objeto idêntico com determinadas estruturas de relações sociais tem implicações muito importantes para uma teoria da subjetividade. Como vimos, Marx não identifica simplesmente com um agente social o conceito do sujeito-objeto idêntico com o qual Hegel buscou superar a dicotomia sujeito-objeto da epistemologia clássica. Em lugar disso, Marx altera os termos do problema epistemológico do sujeito cognoscitivo individual (ou supra-individual) e sua relação com um mundo externo (ou externalizado) para as formas de relações sociais, consideradas como determinações da subjetividade e da objetividade sociais<sup>9</sup>. Desse modo, o problema do conhecimento se torna uma questão da relação entre formas da mediação social e formas de pensamento.

Portanto, a crítica de Marx a Hegel é muito diferente da apropriação materialista lukacsiana de Hegel. Lukács implicitamente postula o “trabalho” como a substância constituinte de um sujeito, que é impedido, pelas relações capitalistas, de se realizar. O sujeito histórico neste caso é uma versão coletiva do sujeito burguês, constituindo a si mesmo e ao mundo através do “trabalho”. Ou seja, o conceito de “trabalho” e o do sujeito burguês (se interpretado como um indivíduo ou como uma classe) estão intrinsecamente relacionados.

A crítica de Marx a Hegel rompe com os pressupostos de tal posição (que, não obstante, tornou-se dominante no interior da tradição socialista). Em

---

<sup>9</sup> Habermas reivindica que sua teoria da ação comunicativa altera o quadro de análises da teoria social crítica para longe do paradigma sujeito-objeto (HABERMAS, 1984, p. 390). Estou sugerindo que Marx, em seus trabalhos maduros, já teria efetivado tal alteração teórica. Além disso, eu argumento – apesar de não poder elaborar aqui – que o foco de Marx nas formas de mediação social lhe permite uma análise mais rigorosa da modernidade capitalista do que a virada da ação comunicativa empreendida por Habermas.

lugar de considerar as relações capitalistas como extrínsecas ao sujeito, como aquilo que impede a sua plena realização, Marx analisa essas próprias relações como constitutivas do sujeito. Devido às suas propriedades peculiares, como se fossem objetivas [*quasi-objective*], é que tais relações constituem o que Hegel apreendeu como um sujeito histórico. Esta virada teórica significa que a teoria madura de Marx nem postula e nem está restrita [*bound*] à noção de um meta-sujeito histórico, tal como o proletariado, que se autorrealizará em uma futura sociedade. Na verdade, a teoria madura de Marx implica uma crítica de tal noção.

Há uma diferença similar entre Marx e Lukács no que se refere ao conceito hegeliano de totalidade. Para Lukács, a totalidade social é constituída pelo “trabalho”, mas é velada, fragmentada e impedida de se autorrealizar pelas relações capitalistas. Tal totalidade representa o ponto de vista da crítica ao capitalismo atual e será realizada no socialismo. Todavia, a determinação categorial de Marx do capital como sujeito histórico indica que a totalidade e o trabalho que a constitui se tornaram os objetos de sua crítica. A formação social capitalista, de acordo com Marx, é única na medida em que é constituída por uma “substância” social qualitativamente homogênea. Consequentemente, ela existe como uma totalidade social. Outras formações sociais não são totalizadas dessa maneira; as suas relações sociais fundamentais não são qualitativamente homogêneas. Elas não podem ser apreendidas pelo conceito de “substância”, não podem ser desdobradas de um princípio estruturante único e não exibem uma lógica histórica imane e necessária.

A ideia de que o capital, e não o proletariado ou a espécie, é o sujeito total, claramente implica, para Marx, que a negação histórica do capitalismo não envolve a *realização*, mas sim, a *abolição* da totalidade. Segue-se que a noção da contradição impulsionando o desdobramento da sua totalidade também deve ser conceitualizada de modo diferente – presumivelmente ela não impulsiona a totalidade em direção à sua plena realização, mas, ao contrário, em direção à possibilidade de sua abolição histórica. Em outras

palavras, a contradição expressa a finitude temporal da totalidade apontando para além dela.

A determinação do capital como o sujeito histórico é consistente com uma análise que busca explicar a dinâmica direcional da sociedade capitalista. Tal análise apreende a dinâmica do capitalismo com referência às relações sociais que são constituídas por formas estruturadas de prática e, todavia, adquirem existência como se fossem independentes [*quasi-independent*] e sujeitam as pessoas a coações como se fossem objetivas [*quasi-objective*]. Esta posição possui um momento emancipatório não disponível para as posições que, explícita ou implicitamente, identificam o sujeito histórico com a classe trabalhadora. Tais interpretações “materialistas” de Hegel, que postulam a classe ou a espécie como o sujeito histórico, parecem valorizar [*enhance*] a dignidade humana ao enfatizar o papel da prática na criação da história. Na estrutura da interpretação aqui delineada, entretanto, tais posições são apenas aparentemente emancipatórias, pois a própria existência de uma lógica histórica é a expressão de heteronomia, de prática alienada. Além do mais, o apelo para a plena realização do sujeito só poderia implicar a plena realização de uma forma social alienada. Por outro lado, muitas posições atualmente populares que, em nome da emancipação, criticam a afirmação da totalidade, o fazem negando a existência da totalidade. Tais posições ignoram a realidade das estruturas sociais alienadas e não podem apreender as tendências históricas da sociedade capitalista; portanto, elas não podem formular uma crítica adequada da ordem existente. Em outras palavras, as posições que asseveram a existência da totalidade, mas ofazem de modo afirmativo, relacionam-se com as posições que negam a própria existência da totalidade para salvar a possibilidade de emancipação. Ambas as posições são unilaterais: postulam, embora de maneiras opostas, uma identidade trans-histórica entre o que é e o que deveria ser, entre reconhecer a existência da totalidade e afirmá-la. Marx, por sua vez, analisa a totalidade como uma realidade heteronômica para descobrir a condição de sua abolição.

A crítica madura de Marx, portanto, não mais envolve uma inversão antropológica, “materialista”, da dialética idealista de Hegel, do tipo empreendido por Lukács. Ao contrário, em certo sentido ela é a “justificação” materialista daquela dialética. Marx sustenta implicitamente que o assim chamado “núcleo racional” da dialética de Hegel é precisamente o seu caráter idealista. É uma expressão de um modo de dominação social constituído por estruturas de relações sociais que, porque alienadas, adquirem uma existência como se fossem independentes [*quasi-independent*] com relação aos indivíduos, e, em razão da sua peculiar natureza dualista, são de caráter dialético. O sujeito histórico, de acordo com Marx, é a estrutura alienada de mediação social que é constitutiva da formação capitalista.

A afirmação do conceito hegeliano de totalidade e da dialética defendida por Lukács na teoria social poderia ter oferecido uma crítica efetiva às tendências evolucionistas, fatalistas e deterministas do marxismo da Segunda Internacional. Não obstante, na estrutura sugerida pela determinação inicial da categoria de capital de Marx, tal teoria não constitui uma crítica ao capitalismo do ponto de vista da sua negação histórica. Em vez disso, ela aponta para a superação histórica das relações burguesas de distribuição antecedentes por uma forma mais adequada a uma mais nova configuração capitalista das relações de produção – para a superação de uma totalidade prévia, aparentemente mais abstrata, por uma totalidade aparentemente mais concreta. Se a totalidade em si é entendida como o capital, tal crítica se revela como aquela que, sem sabê-lo (às costas dos sujeitos), aponta para a plena realização do capital como uma totalidade como se fosse concreta [*quasi-concrete*], em lugar de apontar para a sua abolição.

### **3. Uma crítica das categorias de Lukács**

Embora tanto Marx como Lukács se apropriem do conceito de Hegel de sujeito-objeto idêntico, as diferenças entre eles são fundamentais. Lukács apreende tal conceito socialmente como a classe universal, o proletariado, enquanto Marx o faz como a forma de mediação universal, o capital. O que,

para Lukács, é a base para a emancipação, o futuro, para Marxé a base da dominação, o presente.

Essa oposição tem implicações importantes para a questão de uma crítica categorial adequada. Anteriormente indaguei se é possível se apropriar da concepção mais abrangente de capitalismo de Lukács, assim como de sua análise categorial rigorosa da subjetividade, separando-as de seu entendimento específico das categorias e sua teoria do proletariado. As diferenças que esbocei indicam a possibilidade de tal separação. O fato de que Marx caracterize inicialmente a categoria de capital (*i.e.*, valor que se autovaloriza) nos mesmos termos com que Hegel determina seu conceito de sujeito-objeto idêntico indica que as categorias mais básicas da teoria crítica de Marx podem – e devem – ser lidas diferentemente da explicação de Lukács. E sugere a possibilidade do tipo de crítica categorial rigorosa da modernidade delineada por Lukács, mas baseada em um entendimento diferente das categorias.

Como Lukács compreende a mercadoria? Embora ele se refira explicitamente ao “problema da mercadoria [...] como o problema estrutural central da sociedade capitalista” (LUKÁCS, 2003, p. 193), ele não analisa diretamente a própria categoria. Não obstante, é possível reconstruir sua compreensão. Como se sabe, a mercadoria, de acordo com Marx, é a categoria mais fundamental da sociedade capitalista; é caracterizada por seu “duplo caráter”, como um valor e como um valor de uso (MARX, 1996, p. 165-167). O que é admirável na análise de Lukács em seu ensaio “Reificação” é que este separa e opõe o quantitativo e o qualitativo e, em conformidade com isso, forma e conteúdo. Essas oposições na análise de Lukács estão limitadas ao seu entendimento da relação entre valor e valor de uso e, conseqüentemente, da forma mercadoria; tais oposições diferenciam sua compreensão da forma mercadoria da de Marx.

Como vimos, Lukács analisa aspectos centrais da modernidade – por exemplo, a fábrica, a burocracia, a forma do Estado e da lei – com referência a processos de racionalização fundados na forma mercadoria. De acordo

com Lukács, totalizante, a mercadoria confereum caráter aparentemente unitário à sociedade capitalista; pela primeira vez, uma estrutura econômica unificada e uma estrutura de consciência unificada caracterizam a vida social (LUKÁCS, 2003, p. 220-223). Lukács descreve essa estrutura unificada em termos de subsunção do qualitativo pelo quantitativo. Ele sustenta, por exemplo, que o capitalismo é caracterizado pela tendência a crescente racionalização e calculabilidade, o que elimina os atributos qualitativos, humanos e individuais dos trabalhadores (*ibidem*, p. 201). Relacionado a essa tendência, o tempo perde sua natureza qualitativa, variável e fluida e se torna um *continuum* quantificável, preenchido por “coisas” quantificáveis (*ibidem*, p. 205). O caráter unitário do capitalismo, de acordo com Lukács, é abstrato, genérico e formalístico em razão da subsunção do qualitativo sob o quantitativo.

Entretanto, embora a racionalização do mundo efetuada pela relação da mercadoria possa parecer completa, Lukács argumenta que, na verdade, ela está limitada por seu próprio formalismo (*ibidem*, p. 223). Seus limites emergem claramente em períodos de crise, quando o capitalismo se revela como um todo constituído de sistemas parciais relacionados apenas contingentemente, um todo irracional de partes altamente racionais (*ibidem*, p. 224-226). Enquanto tal, o capitalismo não pode ser apreendido como uma totalidade. De fato, tal conhecimento do todo, de acordo com Lukács, equivaleria à virtual abolição da economia capitalista (*ibidem*, p. 226-227).

A análise de Lukács envolve aqui uma formulação sofisticada da crítica tradicional do mercado do ponto de vista do planejamento central. Em lugar de desenvolver este ponto, entretanto, devo aprofundar a questão da dimensão marxista tradicional do pensamento de Lukács, focalizando sua compreensão dualista da modernidade envolvida em sua oposição do qualitativo e do quantitativo. Para Lukács, o problema da totalidade e o da forma e do conteúdo estão relacionados. Ele sustenta que a principal debilidade das ciências modernas é seu formalismo; a sua própria realidade concreta subjacente permanece, metodologicamente e em princípio, para

além de sua apreensão (*ibidem*, p. 229). Esse problema de relacionar forma e conteúdo não é simplesmente, de acordo com Lukács, o problema de um pensamento inadequado, mas é uma expressão da maneira como o capitalismo é estruturado. Quando a teoria econômica, tal como a teoria da utilidade marginal, por exemplo, suprime o valor de uso como valor de uso, ela expressa a realidade do capitalismo: “quando conseguimos racionalizar integralmente a economia, metamorfoseá-la num sistema de ‘leis’ formal, abstrato e matematizado ao extremo, constituímos a barreira metodológica para a compreensão da crise” (*ibidem*, p. 231)<sup>10</sup>.

Portanto, para Lukács a inabilidade da ciência em penetrar em seu “substrato material real” está fundada na própria natureza do capitalismo. Essa inabilidade é metodologicamente inevitável para o pensamento que permanece preso às formas manifestas do capitalismo (*ibidem*, p. 232-233). Momentos de crise revelam a realidade por detrás de tais formas manifestas; o nível da superfície é rompido e o substrato material concreto da sociedade capitalista é revelado. Em tais momentos “o ser *qualitativo* das coisas, que leva sua vida extra-econômica como coisa em si [...] torna-se subitamente [...] o fator decisivo” (*ibidem*, p. 231; grifo do autor)<sup>11</sup>. Em outras palavras, a crise revela que há condições qualitativas vinculadas [*attached*] às relações quantitativas do capitalismo, “não [são] apenas somas de valores simplesmente comensuráveis entre si, mas também valores de uso de uma espécie determinada e que devem preencher na produção e no consumo papéis determinados” (*ibidem*, p. 232)<sup>12</sup>.

Portanto, Lukács compreende o capitalismo essencialmente em termos do problema do formalismo, como uma forma de vida social que não apreende

---

<sup>10</sup> O próprio êxito com que a economia é totalmente racionalizada e transformada em um sistema de “leis” formais, abstrato e matematicamente orientado [...] cria a barreira metodológica para a compreensão do fenômeno de crise (N.T.).

<sup>11</sup> A existência *qualitativa* das “coisas” que conduz suas existências para além do alcance da economia como [...] coisas em-si-mesmas, como valores de uso, de repente se torna o fator decisivo (N.T.).

<sup>12</sup> [Não] é só uma mera questão de unidades de valor que podem ser facilmente comparadas umas com as outras, mas também valores de uso de um determinado tipo que precisam cumprir uma função definida na produção e no consumo (N.T.).

seu próprio conteúdo. Isso sugere que, quando Lukács afirma que a forma mercadoria estrutura a sociedade moderna, capitalista, ele concebe tal forma unicamente em termos de sua dimensão abstrata, quantitativa e formal – sua dimensão de valor. Por isso, ele postula a dimensão do valor de uso, o “substrato material real”, como se fosse um conteúdo ontológico [*quasi-ontological*], separável da forma, e que é constituído pelo trabalho, compreendido trans-historicamente.

Do ponto de vista dessa estrutura, ir além do pensamento burguês significa superar o racionalismo formalista de tal pensamento, *i.e.*, superar a disjunção de forma e conteúdo efetuada pelo capitalismo. E isso, diz Lukács, requer um conceito de forma orientado na direção do conteúdo concreto de seu substrato material; requer uma teoria dialética da práxis (*ibidem*, p. 270-296). Desse modo, para Lukács, um entendimento dialético, orientado pela práxis da relação de forma e conteúdo, superaria, no plano teórico, o formalismo abstrato associado com a categoria de valor. Vale dizer, apontaria para além do capitalismo.

A fim de elucidar tal entendimento dialético, Lukács delineia o percurso da filosofia ocidental moderna em termos dos problemas de totalidade e da relação de forma e conteúdo, culminando nas antinomias da primeira crítica de Kant e no problema da coisa-em-si. Ele sustenta que nem Kant, em sua segunda e terceira críticas, nem Fichte, nem Schiller, foram capazes de solucionar teoricamente tais problemas (*ibidem*, p. 240-294). Segundo Lukács, foi apenas Hegel que indicou o caminho para sua solução ao se voltar para a história como o processo dialético concreto e total entre sujeito e objeto. A noção de práxis histórica dialética, do sujeito como o produtor e o produto do processo dialético (*i.e.*, como o sujeito-objeto idêntico), abole a antítese entre sujeito e objeto, pensamento e existência, liberdade e necessidade (*ibidem*, p. 294-303). Porém, apesar de desenvolver o método dialético, que compreende a realidade da história humana e mostra o caminho para a superação das antinomias do pensamento burguês, Hegel é incapaz, afirma Lukács, de descobrir o sujeito-objeto idêntico na história, “o ‘nós’, o sujeito

da história, esse ‘nós’, cuja ação é realmente história” (*ibidem*, p. 303). Em lugar disso, ele o situa idealisticamente fora da história, no *Geist*. Do que resulta uma mitologia do conceito que reintroduz todas as antinomias da filosofia clássica (*ibidem*, p. 303-308).

Superar as antinomias do pensamento da filosofia clássica, de acordo com Lukács, envolve uma versão social e histórica da solução hegeliana. Tal solução é fornecida pelo proletariado, que é capaz de descobrir em si mesmo, com base em sua experiência de vida, o sujeito-objeto idêntico (*ibidem*, 2003, p. 308). Lukács passa então a desenvolver uma teoria da consciência de classe do proletariado (*ibidem*, p. 308-411). Eu não discutirei essa teoria com profundidade, a não ser para notar que, diferentemente de Marx, Lukács não apresenta sua explicação com referência ao desenvolvimento do capital – por exemplo, em termos de mudanças na natureza do mais-valor (do mais-valor absoluto ao mais-valor relativo) e de mudanças resultantes no desenvolvimento do processo de produção. Em lugar disso, ele delinea a possibilidade objetiva de uma dialética de imediatividade e mediação, quantidade e qualidade, que poderia conduzir à autoconsciência do proletariado como sujeito. Sua formulação é curiosamente desprovida de uma dinâmica histórica. Nesse ensaio, a história, que Lukács concebe como o processo dialético de autoconstituição da humanidade, é indeterminada; e não é analisada com referência ao desenvolvimento histórico do capitalismo.

De fato, Lukács trata o capitalismo essencialmente como uma forma quantitativa, abstrata e estática, que é sobreposta, e vela a verdadeira natureza do conteúdo social, concreto e qualitativo. Logo, a compreensão de reificação de Lukács, a forma de um erro de reconhecimento socialmente fundado característico do capitalismo, é de que as formas do capitalismo expressas pelas categorias velam as relações sociais “reais” de tal sociedade. Assim, por exemplo, em sua crítica à *Filosofia do dinheiro* de Simmel, Lukács cita a análise de Marx do capitalismo portador de juros como um resultado do processo capitalista de produção que, separado do processo, adquire

uma existência independente, como uma pura forma sem conteúdo. Para Lukács, portanto, o abstrato vela o concreto<sup>13</sup>. Por isso ele critica Simmel, por separar “essas forças de manifestação vazias do seu terreno natural capitalista, tornando-as [...] um tipo intemporal de possibilidades humanas de relações” (*ibidem*, p. 213).

A “base real capitalista”, para Lukács, consiste em relações de classe, que existem sob e são veladas pela superfície de formas capitalistas. Essas relações sociais “reais” se tornam manifestas na luta de classes. Nesse ponto, de acordo com Lukács, “as ‘leis eternas’ da economia capitalista falham e se tornam dialéticas” (*ibidem*, p. 357-358). Na estrutura dessa explicação, a dialética histórica, constituída pela práxis, opera no nível do conteúdo social “real”, isto é, relações de classe; em última instância, a dialética histórica está em oposição às categorias do capitalismo. Desse modo, tais categorias velam o que é constituído pela práxis; elas próprias não são categorias da práxis. A oposição traçada por Lukács entre “as tendências de desenvolvimento da história” e “os fatos empíricos”, por meio da qual a primeira constitui “uma realidade superior”, também expressa essa compreensão (*ibidem*, p. 362-370)<sup>14</sup>. História, aqui, refere-se ao nível da práxis, ao conteúdo social “real”, enquanto os “fatos” empíricos operam ao nível das categorias econômicas.

Sendo assim, como Lukács lida com a dinâmica capitalista? Ele se refere à dinâmica imanente e cega da sociedade capitalista, que ele caracteriza como uma manifestação do domínio do capital sobre o trabalho

---

<sup>13</sup> Isto, entretanto, é apenas uma forma de erro de reconhecimento socialmente embasado, ou de “forma fetiche”, que Marx analisa. O que Lukács negligencia é que Marx também elucida formas de fetiche nas quais as dimensões concretas das formas sociais velam sua dimensão social abstrata. Assim, por exemplo, a mercadoria parece ser um objeto – e não, ao mesmo tempo, uma mediação social. Similarmente, o processo de produção, no capitalismo, parece ser um processo de trabalho – e não, ao mesmo tempo, um processo de valorização. Esta noção de fetiche, entretanto, está baseada em uma compreensão das formas categoriais como sendo dúplice de maneiras que diferem da oposição dualista de Lukács de abstrato (capitalismo) e concreto (ontológico).

<sup>14</sup> A distinção entre as tendências da história e os “fatos” empíricos está implicitamente relacionada por Lukács à diferença entre os níveis lógicos da análise de Marx do valor e da mais-valia no Volume I de *O Capital* e sua análise do preço, lucro, renda e juros no Volume III, de *O Capital*, através da qual as últimas categorias velam as primeiras (cf. LUKÁCS, 2003, p. 362-370). O que é significativo aqui é que Lukács lê as categorias subjacentes do Volume I tais como “trabalho” e “valor de uso” como ontológicas e afirmativas.

(*ibidem*, p. 362-363). Entretanto, Lukács, no fundo, não leva a sério tal dinâmica como uma dinâmica histórica, como se fosse uma realidade social independente [*quasi-independent*] no coração do capitalismo. Ao contrário, ele trata a dinâmica como uma manifestação reificada de uma realidade social mais fundamental, um movimento fantasmagórico que vela a “história real”:

Esta imagem de uma rigidez fantasmagórica, que se move ininterruptamente, torna-se significativa tão logo essa realidade se dissolve no processo cuja força motriz é o homem. Que isso seja possível somente a partir do ponto de vista do proletariado explica-se não apenas pelo fato de que o sentido do processo que se manifesta nessas tendências é a abolição do capitalismo, mas também de que, para a burguesia, tornar-se consciente dessa questão significaria seu próprio suicídio espiritual. (*ibidem*, p. 363)<sup>15</sup>

Em última análise, portanto, para Lukács, a dinâmica histórica do capitalismo é um mero “movimento fantasmagórico”<sup>16</sup>. A história “real”, o processo histórico dialético constituído pela práxis, opera em um nível mais fundamental da realidade social do que é apreendido pelas categorias do capitalismo, e aponta para além dessa sociedade. Esse nível “mais profundo”, mais substantivo da realidade social, é velado pela imediatez das formas capitalistas; só pode ser compreendido desde um ponto de vista que rompa com tal imediatez. E esse ponto de vista, para Lukács, é uma possibilidade que está estruturalmente disponível para o proletariado. Na estrutura da análise de Lukács, o “autoconhecimento do proletariado é ao

---

<sup>15</sup> Essa imagem de uma realidade congelada, que, todavia, é capturada em um movimento fantasmagórico permanente, logo se torna significativa quando a realidade é dissolvida no processo do qual o ser humano é a força motriz. Isso só pode ser visto do ponto de vista do proletariado porque o significado dessas tendências é a abolição do capitalismo e, portanto, para a burguesia tomar consciência delas equivaleria ao suicídio (LUKÁCS, 2003, p. 363).

<sup>16</sup> A interpretação de Lukács acerca de Marx é reproduzida por Habermas, que declara que Marx teria tratado a dimensão sistêmica do capitalismo como uma ilusão, como a forma fantasmagórica das relações sociais, que teriam se tornado anônimas e fetichizadas (HABERMAS, 1987, pp.338-339). A leitura de Habermas é significativa uma vez que subentende sua tentativa de se apropriar criticamente de Talcott Parsons a fim de formular uma teoria que seria adequada para o que Habermas considera as dimensões sistêmicas e mundo da vida da sociedade moderna. A leitura de Marx que eu devo esboçar supera a objeção de Habermas, torna desnecessário o recurso a Parsons e devolve a crítica do capitalismo no centro da teoria crítica contemporânea.

mesmo tempo o conhecimento objetivo da essência da sociedade” (*ibidem*, p. 308-309)<sup>17</sup>. A superação histórica do capitalismo pelo proletariado envolveria então superar a dimensão formalista e quantitativa da vida social moderna (valor), permitindo, desse modo, a natureza real, substantiva e histórica da sociedade (a dimensão do valor de uso, o trabalho, o proletariado) emergir abertamente e realizar-se historicamente.

Nesse ponto deveria estar claro que Lukács apresenta positivamente uma versão materialista do método dialético de Hegel. Lukács afirma o processo dialético da história constituído pela práxis do proletariado (e, assim, as noções de história, totalidade, dialética, trabalho e proletariado) em oposição ao capitalismo. Essa apropriação afirmativa e materialista de Hegel é efetuada por uma inversão feuerbachiana, que Lukács modifica adicionando o elemento dinâmico da história (*ibidem*, p. 370-385)<sup>18</sup>. Essa abordagem resulta na identificação de Lukács do sujeito-objeto idêntico de Hegel com o proletariado.

Nós vimos, entretanto, que Marx interpreta o sujeito-objeto idêntico de Hegel com referência à categoria de capital. Isso indica, como já notado, que precisamente o que Lukács apropria de Hegel como crítico – a ideia de uma lógica histórica dialética, a noção de totalidade, o sujeito-objeto idêntico – foi compreendido por Marx com referência ao capital. A isso se segue que o que Lukács compreende como socialmente ontológico, longe do alcance das categorias, é apreendido criticamente como intrínseco ao capital pelas categorias da crítica da economia política de Marx.

---

<sup>17</sup> Autoconsciência do proletariado é [...] simultaneamente a compreensão objetiva da natureza da sociedade (N.T.).

<sup>18</sup> É significativo que Lukács adote a inversão antropológica de Feuerbach, mas a critique por ser a-histórica; Marx, entretanto, ao identificar o sujeito-objeto idêntico com o capital, implicitamente rejeita a própria inversão antropológica nas suas obras da maturidade.

#### 4. Rumo a uma teoria crítica do capitalismo

Neste ponto eu devo delinear brevemente uma leitura das categorias de Marx muito diferente da apresentada por Lukács. Embora tributária do foco dado por Lukács às categorias, essa leitura poderia servir de base para uma teoria crítica do capitalismo capaz de superar o dualismo de sua abordagem específica, bem como suas suposições tradicionalistas.

Lukács, como vimos, interpreta a mercadoria como uma forma abstrata historicamente específica (valor), sobreposta a um conteúdo substantivo concreto trans-histórico (valor de uso, trabalho), o qual constitui a natureza “real” da sociedade. A relação de forma e conteúdo é contingente no capitalismo. De maneira semelhante [*relatedly*], um conceito de forma que não seja indiferente ao seu conteúdo apontaria para além do capitalismo.

Esse, no entanto, não é o caso da análise de Marx da mercadoria. No coração da análise de Marx está seu argumento de que o trabalho no capitalismo tem um “caráter duplo”: é tanto “trabalho concreto” quanto “trabalho abstrato” (MARX, 1996, p. 167-176). “Trabalho concreto” refere-se ao fato de que alguma forma do que consideramos atividade laboral medeia as interações dos seres humanos com a natureza em todas as sociedades. “Trabalho abstrato” não se refere simplesmente ao trabalho concreto em abstrato, “trabalho” em geral, mas é um tipo muito diferente de categoria. Significa que o trabalho no capitalismo também tem uma função social única, que não é intrínseca à atividade laboral como tal: ele medeia uma nova forma de interdependência social (POSTONE, 2014, p. 147-215), como se fosse objetiva [*quasi-objective*]. “Trabalho abstrato”, como uma função mediadora historicamente específica do trabalho, é o conteúdo, ou melhor, a “substância” do valor (MARX, 1996, p. 167-168). Forma e conteúdo estão, de fato, intrinsecamente relacionados aqui como uma determinação fundamental do capitalismo.

Trabalho no capitalismo, de acordo com Marx, então, não é apenas trabalho, como nós o entendemos comumente e trans-historicamente, mas é

também uma atividade social mediadora historicamente específica. Consequentemente seus produtos – mercadoria, capital – são ambos produtos de trabalho concreto e formas objetivadas da mediação social. De acordo com essa análise, as relações sociais que fundamentalmente caracterizam a sociedade capitalista têm uma característica formal peculiar, operando como se fossem objetivas [*quasi-objective*], e são dualistas: são caracterizadas pela oposição de uma dimensão homogênea, genérica, abstrata e uma dimensão material, particular, concreta, ambas as quais parecem ser “naturais”, ao invés de sociais, e condicionam concepções sociais da realidade natural. Enquanto Lukács entende a mercadoria somente nos termos de sua dimensão abstrata, Marx analisa a mercadoria como abstrata e concreta. Dentro dessa estrutura, a análise de Lukács é vítima de uma formade fetiche; ela naturaliza a dimensão concreta da forma mercadoria.

A forma de mediação constitutiva do capitalismo, na análise de Marx, dá origem a uma nova forma de dominação que sujeita as pessoas a imperativos e constrangimentos estruturais impessoais, cada vez mais racionalizados. É a dominação das pessoas pelo tempo. Essa forma abstrata de dominação é real, não fantasmagórica. No entanto, não pode ser adequadamente compreendida nos termos da dominação de classe ou, de maneira mais genérica, nos termos da dominação concreta de agrupamentos sociais ou de agências institucionais do Estado e/ou da economia. Não tem um lócus determinado<sup>19</sup> e, embora constituída por formas determinadas de prática social, parece não ser, de modo nenhum, social.

Essa forma de dominação, como analisada por Marx n’*O capital*, é dinâmica, não estática. Examinando essa dinâmica, torna-se evidente que a forma abstrata de dominação que Marx coloca no coração do capitalismo não pode ser entendida adequadamente com referência apenas à dimensão de valor abstrato da mercadoria. Pelo contrário, a dualidade instável da

---

<sup>19</sup> Esta análise fornece um poderoso ponto de partida para analisar a forma pervasiva e imanente de poder que Michel Foucault descreveu como característica das sociedades ocidentais modernas (cf. FOUCAULT, 1997).

forma mercadoria, como a identidade de identidade e não-identidade, dá origem a uma interação dialética de valor e valor de uso que fundamenta a dinâmica histórica abrangente do capitalismo. A dimensão do valor de uso é um momento essencial e integral das formas estruturantes subjacentes do capitalismo (POSTONE, 2014, p. 301-446).

Analisar a dialética das duas dimensões da forma da mercadoria fornece a base para uma compreensão crítica do capital em termos de uma dinâmica histórica não-linear muito complexa. Por um lado, essa dinâmica caracteriza-se por transformações contínuas dos processos técnicos de trabalho, da divisão social e técnica do trabalho e, de forma mais ampla, da vida social. Por outro lado, essa dinâmica histórica implica a reconstituição contínua de sua própria condição fundamental como uma característica imutável da vida social – nomeadamente, que a mediação social é, em última instância, efetuada pelo trabalho e, conseqüentemente, que o trabalho vivo permanece parte integrante do processo de produção (considerado em termos da sociedade como um todo), independentemente do nível de produtividade. A dinâmica histórica do capitalismo gera incessantemente o que é “novo”, enquanto reconstitui o que é o “mesmo”.

Essa interpretação do processo dialético da história difere fundamentalmente daquela de Lukács. Ao fundamentar este processo nas formas categoriais, esta abordagem trata a existência de uma dinâmica histórica como uma característica básica do capitalismo, ao invés de uma característica da vida social humana que é velada pelo capitalismo. Dentro desta estrutura o capitalismo é caracterizado não apenas pela sua superfície (“fatos” para Lukács), mas também por uma estrutura dinâmica profunda e dialética, que Lukács considera como independente do capitalismo (“tendências”). A existência de uma dinâmica histórica que, embora constituída pela prática, ocorre como se fosse independente [*quasi-independent*] da vontade e intenção humanas é, para Marx, uma característica central da forma de dominação abstrata que caracteriza o capitalismo.

Em outras palavras, as estruturas como se fossem objetivas [*quasi-objective*], apreendidas pelas categorias da crítica da economia política de Marx, não velam as relações sociais “reais” do capitalismo, isto é, as relações de classe, assim como não encobrem o sujeito histórico “real”, ou seja, o proletariado. Pelo contrário, essas estruturas são as relações fundamentais da sociedade capitalista. Além disso, elas não são estáticas, mas historicamente dinâmicas.

De acordo com essa interpretação, a dinâmica histórica não-linear elucidada pela análise categorial de Marx fornece a base para uma compreensão crítica tanto da forma do crescimento econômico como da forma de produção industrial baseada no proletariado, característica do capitalismo. Isto é, permite uma análise categorial dos processos de racionalização que Lukács descreveu criticamente, mas foi incapaz de fundamentar teoricamente. Essa abordagem não postula um esquema de desenvolvimento linear que aponte para além da estrutura e organização do trabalho existente (como fazem as teorias da sociedade pós-industrial), nem trata a produção industrial e o proletariado como as bases para uma sociedade futura (como fazem muitas abordagens marxistas tradicionais). Pelo contrário, indica que o capitalismo dá origem à possibilidade histórica de uma forma diferente de crescimento e produção; ao mesmo tempo, entretanto, o capitalismo estruturalmente mina a realização daquelas possibilidades.

A contradição estrutural do capitalismo, de acordo com essa interpretação, não é entre a distribuição (o mercado, a propriedade privada) e a produção, entre as relações de propriedade existentes e a produção industrial. Antes, ela emerge como uma contradição entre as formas existentes de crescimento e produção, e o que poderia ser o caso se as relações sociais não fossem mais mediadas pelo trabalho como se fossem objetivas [*quasi-objective*].

Ao fundamentar o caráter contraditório da formação social nas formas dualísticas expressas pelas categorias da mercadoria e do capital, Marx indica que a contradição social estruturalmente fundamentada é específica do capitalismo. À luz dessa análise, a noção de que a realidade ou as relações sociais em geral são essencialmente contraditórias e dialéticas só pode ser

assumida metafisicamente, mas não explicada. A análise de Marx, dentro dessa estrutura, sugere que qualquer teoria que postule uma lógica de desenvolvimento intrínseca à história como tal, seja dialética ou evolucionária, projeta aquilo que é o caso do capitalismo para a história em geral.

A reinterpretação da teoria de Marx que delinee constitui uma ruptura fundamental com – e crítica de – interpretações mais tradicionais. Como vimos, tais interpretações compreendem o capitalismo em termos de relações de classe estruturadas pelo mercado e pela propriedade privada, apreendem sua forma de dominação principalmente em termos de dominação de classe e exploração, e formulam uma crítica normativa e histórica do capitalismo do ponto de vista do trabalho e da produção (entendidos trans-historicamente em termos das interações dos seres humanos com a natureza material). Sustentei que a análise de Marx do trabalho no capitalismo, como historicamente específica, procura elucidar uma forma peculiar de mediação social e riqueza (valor) como se fosse objetiva [*quasi-objective*] e que constitui uma forma de dominação que estrutura o processo de produção no capitalismo e gera uma dinâmica historicamente única. Consequentemente, o trabalho e o processo de produção não são separáveis e opostos às relações sociais do capitalismo, mas constituem seu cerne. A teoria de Marx, então, estende-se muito além da crítica tradicional das relações burguesas de distribuição (o mercado e a propriedade privada); ela apreende a própria sociedade industrial moderna como capitalista. Trata a classe trabalhadora como o elemento básico do capitalismo e não como a corporificação de sua negação, e não conceitua o socialismo em termos de realização do trabalho e da produção industrial, mas em termos da possível abolição do proletariado e da organização da produção baseada no trabalho proletário, bem como do sistema dinâmico de compulsões abstratas constituído pelo trabalho como atividade socialmente mediadora.

Essa reinterpretação da teoria de Marx implica, portanto, um repensar fundamental da natureza do capitalismo e de sua possível transformação histórica. Ao desviar o foco da crítica para longe de uma preocupação

exclusiva com o mercado e a propriedade privada, ela fornece a base para uma teoria crítica da sociedade pós-liberal como capitalista e também dos chamados países “socialistas realmente existentes” como formas alternativas (e fracassadas) de acumulação de capital, ao invés de modos sociais que representaram a negação histórica do capital, embora de forma imperfeita. Esta abordagem também permite uma análise da configuração mais recente do capitalismo – do capitalismo global neoliberal – de maneira a evitar o retorno a uma estrutura marxista tradicionalista.

As rupturas estruturais e perturbações do passado recente sugerem que as teorias da democracia, identidade ou filosofias do não-idêntico que não levam em conta a dinâmica da globalização capitalista não são mais adequadas. No entanto, a história do século XX sugere que seria um erro ressuscitar o marxismo tradicional. O que se faz necessário é uma teoria crítica mais adequada do capitalismo. Lukács abriu o caminho para tal teoria crítica; ao mesmo tempo, ele permaneceu fundamentalmente limitado por algumas de suas suposições tradicionais.

Marx, como é bem conhecido, insistiu que a revolução social que virá deve extrair sua poesia do futuro, diferentemente das revoluções anteriores, que, focadas no passado, reconheceram erroneamente seu próprio conteúdo histórico (MARX, 2011, p. 28). A teoria crítica do capitalismo de Lukács, no entanto, fundamentada em sua apropriação “materialista” de Hegel, volta-se para um futuro que não apreende. É uma reminiscência da imagem de Walter Benjamin do anjo da história, impelida para um futuro para o qual está de costas (BENJAMIN, 1987, p. 226). Ao invés de apontar para a superação do capitalismo, a abordagem de Lukács implica um erro de reconhecimento que ratifica implicitamente a nova configuração “estadocêntrica” do capitalismo que surgiu após a Primeira Guerra Mundial<sup>20</sup>. Paradoxalmente,

---

<sup>20</sup> A afirmação não intencional de uma nova configuração do capitalismo pode ser vista mais recentemente na virada anti-hegeliana para Nietzsche, característica de grande parte do pensamento pós-estruturalista das décadas de 1970 e 1980. Pode-se argumentar que tal pensamento também se voltou para um futuro que não compreendia adequadamente: ao rejeitar o tipo de ordem centrada no Estado que Lukács implicitamente afirmou, fez isso de uma maneira que, em um nível teórico profundo, afirmou, por sua vez, a ordem neoliberal que superou o capitalismo fordista centrado no Estado, o Oriente e o Ocidente.

a rica descrição crítica de Lukács do capitalismo é dirigida precisamente contra esse tipo de organização da sociedade. Sua compreensão específica das categorias da teoria crítica de Marx, no entanto, não fundamenta adequadamente essa descrição crítica do capitalismo. Em vez disso, como vimos, acaba por contrariar essa descrição. Repensar Marx através das lentes da interpretação de Lukács permite uma teoria crítica que é adequada à descrição de Lukács do capitalismo e à sua ideia de uma análise categorial rigorosa. Ao superar as suposições tradicionalistas de Lukács, tal abordagem poderia servir como ponto de partida para uma teoria crítica adequada da ordem capitalista hoje.

## Referências

- ARATO, Andrew & BREINES, Paul. *The Young Lukács and the Origins of Western Marxism* [O jovem Lukács e as origens do marxismo ocidental]. New York: Seabury Press, 1979.
- BENJAMIN, Walter. “Sobre o conceito de história”. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987, pp.222-232.
- COHEN, Gerald. *History, Labour and Freedom* [História, trabalho e liberdade]. Oxford: Clarendon Press, 1988.
- DOBB, Maurice. *Political Economy and Capitalism*. London: Routledge, 1940. [ed. bras.: *Economia política e capitalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978]
- ELSTER, Jon. *Making Sense of Marx* [O sentido de Marx]. Cambridge: University Press, 1985.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997.
- HABERMAS, Jürgen. *Theory of the communicative action*, vol. 1. Boston: Beacon Press, 1984 [ed. bras.: *A teoria do agir comunicativo*, vol. 1. São Paulo: Martins Fontes, 2012].
- \_\_\_\_\_. *Theory of the communicative action*, vol. 2. Boston: Beacon Press, 1987 [ed. bras.: *A teoria do agir comunicativo*, vol. 2. São Paulo: Martins Fontes, 2012].
- HEGEL, Georg W. F. “‘Preface’ to The Phenomenology of Spirit”. In: KAUFMANN, Walter. *Hegel: Texts and Commentary*. Garden City, N.Y.: Anchor Books, 1966.
- LUKÁCS, Georg. “A reificação e a consciência do proletariado”. In: LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.193-411.
- MARX, Karl. *A sagrada família*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- \_\_\_\_\_. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *Grundrisse: Manuscritos econômicos de 1857-1858 – Esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política. Livro 1, vol. 1*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MEEK, Ronald. *Studies in the Labour Theory of Value* [Estudos sobre a teoria do valor trabalho]. New York/ London: Lawrence/ Wishart, 1956.
- PICCONE, Paul. “General Introduction”. In: ARATO, A. & GEPHARDT, E. *The Essential Frankfurt School Reader* [O essencial do leitor da Escola de Frankfurt]. New York: Continuum, 1982.
- POSTONE, Moishe. *Tempo, trabalho e dominação social*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- STEEDMAN, Ian. “Ricardo, Marx, Sraffa”. In: STEEDMAN, Ian. *The Value Controversy* [A controvérsia do valor]. London: NLB, 1981.
- SWEEZY, Paul. *The Theory of Capitalist Development*. New York: Monthly Review Press, 1968 [ed. bras.: *A teoria do desenvolvimento capitalista*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976].